



CONSTRUINDO UMA ESCOLA INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

BUILDING AN INCLUSIVE SCHOOL: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR STUDENTS WITH DISABILITIES

DOI: 10.5281/zenodo.22286824



Cristiane Rodrigues Thiel Silva¹

Joelma Nascimento de Castro²

Cleici Oliveira dos Santos³

Débora Oliveira dos Santos⁴

Gilberto Aparecido Vieira Cardoso⁵

Valdeir Pereira⁶

Sarah Corbalan Gusman Pitol⁷

Fabiane Mota da Silva Neves⁸

Delúbya Melo de Moraes⁹

RESUMO

A construção de uma escola inclusiva constitui um desafio permanente para os sistemas educacionais, especialmente diante da necessidade de garantir aos estudantes com deficiência não apenas o acesso à educação, mas também condições efetivas de participação, aprendizagem, desenvolvimento e pertencimento. A inclusão escolar requer mudanças que envolvem a organização institucional, as práticas pedagógicas, a formação dos profissionais, a acessibilidade e as relações estabelecidas no ambiente educacional. Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios e possibilidades

1 Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Rondonópolis.

2 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da Natureza-PGECN.

3 Pós-Graduação: Psicopedagogia Clínica e institucional; Educação Especial inclusiva com ênfase em Libras.

4 Pós-Graduação Lato Sensu: Deficiências Múltiplas e Sensoriais.

5 Especialista em Orientação Educacional.

6 Pós-Graduação em Gestão Escolar Instituição formadora: UNEMAT – MT (Universidade Estadual de Mato Grosso).

7 Pós-Graduação Lato Sensu em Atendimento Educacional Especializado e Salas de Recursos Multidisciplinares

8 Especialização Bem-Estar, Saúde e Lazer Docente, UFT – Palmas.

9 Pós-Graduação Pedagogia Escolar: Supervisão, Orientação Educacional e Gestão Escolar, IBIPEX.





relacionados à construção de uma escola inclusiva para estudantes com deficiência, considerando aspectos pedagógicos, estruturais, formativos e atitudinais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentada na análise de produções acadêmicas e documentos normativos relacionados à educação inclusiva, deficiência, acessibilidade e práticas pedagógicas. A análise evidencia que a inclusão não se concretiza somente pela matrícula dos estudantes nas classes regulares, sendo necessário garantir condições adequadas de permanência, participação e aprendizagem. Entre os principais desafios destacam-se a formação docente, a insuficiência de recursos de acessibilidade, as barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, a necessidade de flexibilização curricular e metodológica e a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo. Como possibilidades, destacam-se o planejamento pedagógico inclusivo, a formação continuada, o trabalho colaborativo, a utilização de tecnologias assistivas, a diversificação metodológica e a construção de uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade. Conclui-se que a construção de uma escola inclusiva depende de ações articuladas e permanentes, capazes de transformar as barreiras existentes em oportunidades para ampliar a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

Palavras-chave: Escola inclusiva; estudantes com deficiência; educação inclusiva; práticas pedagógicas; acessibilidade.

ABSTRACT

Building an inclusive school represents a permanent challenge for educational systems, particularly regarding the need to guarantee students with disabilities not only access to education but also effective conditions for participation, learning, development, and belonging. School inclusion requires changes involving institutional organization, pedagogical practices, professional education, accessibility, and relationships established within the educational environment. This article aims to analyze the main challenges and possibilities related to building an inclusive school for students with disabilities, considering pedagogical, structural, educational, and attitudinal aspects. This is a qualitative, exploratory bibliographic study based on the analysis of academic publications and normative documents related to inclusive education, disability, accessibility, and pedagogical practices. The analysis demonstrates that inclusion cannot be achieved solely through students' enrollment in mainstream classes, as adequate conditions for permanence, participation, and learning are necessary. The main challenges include teacher education, insufficient accessibility resources, architectural, communicational, and attitudinal barriers, the need for curricular and methodological flexibility, and coordination among the different professionals involved in the educational process. Possibilities include inclusive pedagogical planning, continuing teacher education, collaborative work, the use of assistive technologies, methodological diversification, and the development of a school culture based on respect for diversity. It is concluded that building an inclusive school depends on coordinated and continuous actions capable of transforming existing barriers into opportunities to expand the participation and learning of all students.

Keywords: Inclusive school; students with disabilities; inclusive education; pedagogical practices; accessibility.





1. INTRODUÇÃO

A construção de uma escola inclusiva constitui uma das principais demandas da educação contemporânea, especialmente diante do reconhecimento de que a diversidade é uma característica própria das comunidades escolares. A presença de estudantes com deficiência nas instituições de ensino regular representa uma conquista importante no campo dos direitos educacionais, mas também evidencia a necessidade de repensar estruturas, práticas e concepções tradicionalmente estabelecidas. Nesse contexto, construir uma escola inclusiva significa criar condições para que diferentes estudantes possam participar das experiências educativas, desenvolver conhecimentos, estabelecer relações sociais e exercer sua autonomia.

Durante grande parte da história da educação, estudantes com deficiência foram submetidos a processos de exclusão e segregação. A escolarização ocorria frequentemente em instituições separadas ou em espaços específicos, fundamentados na ideia de que esses estudantes não poderiam acompanhar o ensino desenvolvido para os demais. A mudança para uma perspectiva inclusiva representa uma ruptura com essa concepção, ao defender que a escola comum deve estar preparada para acolher a diversidade e responder às diferentes necessidades de seus estudantes.

A educação inclusiva, portanto, não pode ser reduzida à ampliação do número de matrículas. A presença do estudante com deficiência na escola constitui apenas uma das dimensões do processo. É necessário garantir condições para que ele participe das atividades, tenha acesso ao currículo, interaja com seus colegas, desenvolva suas potencialidades e seja reconhecido como integrante efetivo da comunidade escolar.

No Brasil, esse entendimento encontra respaldo em importantes dispositivos legais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, estabelece que a pessoa com deficiência tem direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e determina a garantia de condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. A





legislação também prevê a eliminação de barreiras, a oferta de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas.

A existência de marcos legais representa importante avanço, porém sua efetivação depende da capacidade das escolas de transformar princípios normativos em práticas concretas. Uma instituição pode assegurar matrícula e frequência e, ainda assim, manter barreiras que dificultem a aprendizagem e a participação. Dessa maneira, a construção da escola inclusiva exige uma análise das condições pedagógicas, estruturais, comunicacionais e atitudinais existentes no ambiente educacional.

Nesse cenário, a prática pedagógica ocupa lugar central. O professor precisa desenvolver estratégias capazes de contemplar a diversidade existente em sua turma, reconhecendo que os estudantes podem apresentar diferentes ritmos, formas de comunicação, experiências e maneiras de construir conhecimentos. A utilização de metodologias rígidas e uniformes pode criar obstáculos para determinados estudantes, enquanto práticas diversificadas podem ampliar as possibilidades de participação.

A construção de uma escola inclusiva também pressupõe mudanças no planejamento. As atividades precisam ser pensadas de modo a contemplar diferentes possibilidades de acesso ao conhecimento e diferentes formas de participação. Recursos visuais, materiais concretos, tecnologias digitais, atividades práticas, estratégias colaborativas e formas diversificadas de avaliação podem contribuir para reduzir barreiras e ampliar oportunidades de aprendizagem.

Outro aspecto fundamental é a formação dos profissionais da educação. Professores e demais trabalhadores da escola precisam compreender os princípios da educação inclusiva e desenvolver conhecimentos relacionados à acessibilidade, às estratégias pedagógicas e aos recursos disponíveis. A formação continuada pode contribuir para ampliar as possibilidades de atuação, sobretudo quando articulada às situações concretas encontradas no cotidiano escolar.

Entretanto, não é adequado atribuir exclusivamente ao professor a responsabilidade pela construção da inclusão. A escola inclusiva depende de condições institucionais, recursos, apoio especializado, políticas educacionais e trabalho coletivo. A gestão escolar possui papel





importante na organização dos espaços, na promoção de uma cultura inclusiva e na criação de condições para o planejamento colaborativo.

A acessibilidade constitui outro elemento indispensável. As barreiras que impedem a participação dos estudantes não são exclusivamente físicas. Elas também podem estar presentes na comunicação, nos materiais didáticos, nas metodologias, nos processos avaliativos e nas atitudes dos integrantes da comunidade escolar. Dessa forma, uma escola inclusiva precisa atuar sobre diferentes dimensões da acessibilidade.

As tecnologias assistivas podem contribuir para esse processo ao ampliar possibilidades de comunicação, interação, autonomia e acesso aos conteúdos. Contudo, a utilização desses recursos precisa estar associada aos objetivos pedagógicos e às necessidades dos estudantes. A tecnologia deve ser compreendida como instrumento de mediação e de superação de barreiras, e não como solução isolada para os desafios da inclusão.

A Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída pelo Decreto nº 12.686/2025, reforça princípios relacionados à equidade, acessibilidade, participação, permanência e aprendizagem dos estudantes público da educação especial. O decreto também contempla ações de formação continuada, apoio à inclusão nas classes comuns e articulação entre diferentes serviços e profissionais.

A construção de uma escola inclusiva envolve ainda a transformação das atitudes. Preconceitos, estereótipos e expectativas reduzidas podem constituir barreiras tão significativas quanto aquelas relacionadas à infraestrutura. Uma cultura escolar inclusiva precisa reconhecer a diversidade como elemento positivo e combater práticas que reduzam o estudante à sua deficiência.

Diante desse contexto, o presente estudo parte da seguinte questão norteadora: quais são os principais desafios para a construção de uma escola inclusiva e quais possibilidades podem contribuir para garantir a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência?

O objetivo geral é analisar os principais desafios e possibilidades relacionados à construção de uma escola inclusiva para estudantes com deficiência. Como objetivos





específicos, busca-se discutir os fundamentos da inclusão escolar, identificar barreiras presentes no cotidiano educacional e analisar estratégias capazes de fortalecer práticas pedagógicas e institucionais inclusivas.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, desenvolvida a partir do levantamento e da análise de produções acadêmicas e documentos normativos relacionados à educação inclusiva, deficiência, acessibilidade, formação docente e organização escolar. O material selecionado foi submetido à leitura analítica e interpretativa, buscando identificar os principais desafios e possibilidades relacionados à construção de ambientes educacionais inclusivos. A análise considerou especialmente aspectos referentes às práticas pedagógicas, formação profissional, acessibilidade, recursos educacionais, tecnologias assistivas, trabalho colaborativo e participação dos estudantes no cotidiano escolar.

A relevância da pesquisa está relacionada à necessidade de compreender que uma escola inclusiva não é construída apenas por meio de mudanças físicas ou pela garantia de matrícula. Sua construção envolve uma transformação mais ampla na cultura, nas práticas e nas relações estabelecidas no ambiente escolar. Refletir sobre esses desafios e possibilidades contribui para fortalecer uma concepção de educação comprometida com a equidade, a diversidade e o direito de todos à aprendizagem.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A construção de uma escola inclusiva está diretamente relacionada à transformação da concepção tradicional de educação e à compreensão de que a diversidade constitui uma característica inerente ao espaço escolar. Durante diferentes períodos históricos, estudantes com deficiência foram submetidos a processos de exclusão, segregação e institucionalização, tendo seu acesso à escolarização comum limitado por concepções que associavam a deficiência à incapacidade. A perspectiva inclusiva modifica esse entendimento ao defender que todos os estudantes possuem direito de frequentar os espaços educacionais comuns e que





a escola deve desenvolver condições para atender às diferentes necessidades presentes em seu cotidiano.

Nesse sentido, a inclusão escolar ultrapassa a simples inserção física do estudante na instituição. A matrícula representa uma etapa necessária, mas não suficiente para assegurar uma experiência educacional inclusiva. É preciso garantir condições para que o estudante participe das atividades, estabeleça relações, tenha acesso ao currículo, desenvolva aprendizagens significativas e construa progressivamente sua autonomia. A inclusão, portanto, está relacionada à transformação das condições que podem produzir obstáculos à participação e à aprendizagem.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e prevê o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também estabelece diretrizes para a educação especial e sua oferta preferencialmente na rede regular. Esses dispositivos constituem fundamentos importantes para a organização de políticas e práticas voltadas à escolarização de estudantes com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, aprofundou essa perspectiva ao estabelecer o direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. A legislação determina que sejam asseguradas condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, além da disponibilização de recursos de acessibilidade e eliminação de barreiras. Também estabelece a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de formação dos profissionais da educação.

A perspectiva apresentada pela legislação demonstra que a construção de uma escola inclusiva exige mudanças institucionais. Não basta adaptar o estudante às estruturas existentes; é necessário que a própria instituição reveja suas formas de organização para responder à diversidade. Essa concepção está presente nos trabalhos de Mantoan (2003), que compreende a inclusão como um processo de transformação da escola e de superação de práticas baseadas na homogeneização dos estudantes.





Para Sassaki (2009), a inclusão envolve mudanças nos ambientes, nas relações e nas estruturas sociais. Aplicada à educação, essa perspectiva permite compreender que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência não são determinadas exclusivamente por suas características individuais. Barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais podem limitar suas oportunidades de participação.

A compreensão da deficiência a partir de uma perspectiva social amplia, portanto, o olhar sobre o processo educacional. Em vez de concentrar a atenção apenas nas limitações do estudante, torna-se necessário identificar as barreiras presentes no ambiente e analisar quais condições podem favorecer sua participação. Essa mudança possui implicações importantes para a prática pedagógica, pois exige que professores e gestores desenvolvam estratégias voltadas à eliminação ou redução dos obstáculos encontrados.

Booth e Ainscow (2011) contribuem para essa discussão ao apresentarem a inclusão como um processo que envolve culturas, políticas e práticas. A construção de uma escola inclusiva depende da criação de uma cultura institucional que valorize a diversidade, da elaboração de políticas coerentes com os princípios inclusivos e da implementação de práticas pedagógicas capazes de ampliar a participação de todos.

A cultura escolar possui, nesse sentido, papel determinante. Uma instituição pode possuir recursos físicos e políticas formalmente inclusivas e, ainda assim, reproduzir práticas excludentes por meio de preconceitos, estereótipos e expectativas reduzidas. A inclusão requer transformação das atitudes dos diferentes integrantes da comunidade escolar, de modo que o estudante com deficiência seja reconhecido como sujeito de direitos e como participante ativo do processo educativo.

A prática pedagógica constitui outra dimensão fundamental. O professor precisa reconhecer que os estudantes apresentam diferentes ritmos, formas de comunicação, experiências e maneiras de aprender. Consequentemente, práticas baseadas em um único método de ensino podem produzir barreiras. A diversificação metodológica permite criar diferentes caminhos para que os estudantes tenham acesso aos conhecimentos trabalhados.



A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1997) contribui para compreender a importância das interações sociais e da mediação no desenvolvimento dos estudantes. As possibilidades de aprendizagem não podem ser determinadas exclusivamente pelas características individuais, uma vez que as experiências proporcionadas pelo ambiente podem favorecer o desenvolvimento de diferentes habilidades. Nesse sentido, uma escola inclusiva precisa oferecer oportunidades de interação, participação e mediação pedagógica.

A formação dos professores é igualmente indispensável. A atuação em contextos inclusivos requer conhecimentos sobre acessibilidade, estratégias metodológicas, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e diferentes formas de avaliação. A formação continuada pode contribuir para que os profissionais desenvolvam maior segurança e capacidade de planejamento. Entretanto, a formação docente precisa estar acompanhada de condições institucionais adequadas.

A acessibilidade deve ser compreendida de forma ampla. Além das barreiras arquitetônicas, existem obstáculos relacionados à comunicação, aos materiais didáticos, às metodologias e às atitudes. Dessa maneira, construir uma escola inclusiva implica garantir que os estudantes possam circular pelos espaços, compreender as informações, participar das atividades e expressar seus conhecimentos.

As tecnologias assistivas podem contribuir para a eliminação de determinadas barreiras. Recursos de comunicação alternativa, softwares, dispositivos adaptados, materiais ampliados e outras ferramentas podem ampliar a autonomia e a participação. Contudo, a utilização desses recursos deve estar integrada ao planejamento pedagógico e às necessidades específicas dos estudantes.

O Desenho Universal para a Aprendizagem constitui outra possibilidade para o desenvolvimento de práticas inclusivas. A proposta considera a diversidade desde o planejamento e busca oferecer diferentes formas de apresentação dos conteúdos, participação e expressão da aprendizagem. Dessa forma, a prática pedagógica pode tornar-se mais flexível e acessível.





A avaliação também precisa acompanhar essa perspectiva. Modelos avaliativos exclusivamente padronizados podem não contemplar diferentes formas de expressão. Uma avaliação inclusiva deve utilizar diferentes instrumentos e acompanhar o percurso de aprendizagem, permitindo identificar avanços, dificuldades e necessidades de apoio.

O Atendimento Educacional Especializado também possui papel relevante. Sua atuação deve estar articulada à escolarização realizada na classe comum, contribuindo para a identificação de barreiras e para a disponibilização de recursos que favoreçam a participação. O atendimento especializado não deve substituir a escolarização regular, mas atuar de maneira complementar ou suplementar.

A Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída pelo Decreto nº 12.686/2025, reforça atualmente princípios relacionados à equidade, à acessibilidade, à participação, à permanência e à aprendizagem. O decreto também estabelece ações relacionadas à formação continuada, aos serviços de apoio e à articulação entre diferentes profissionais e setores.

Assim, o referencial teórico demonstra que a construção de uma escola inclusiva envolve múltiplas dimensões. A transformação precisa ocorrer simultaneamente nas políticas, na organização institucional, nas práticas pedagógicas, na formação profissional, na acessibilidade e nas atitudes. A escola inclusiva não é apenas aquela que recebe estudantes com deficiência, mas aquela que modifica suas condições para garantir que esses estudantes possam participar e aprender.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que a construção de uma escola inclusiva representa um processo que apresenta avanços importantes, mas que ainda enfrenta obstáculos significativos. O primeiro resultado identificado é a existência de uma diferença entre a garantia legal do direito à educação inclusiva e as condições concretas disponíveis em muitas instituições. Embora o ordenamento jurídico estabeleça direitos e responsabilidades, sua efetivação depende de investimentos, planejamento, formação e acompanhamento.





Os resultados demonstram que a matrícula dos estudantes com deficiência nas classes comuns constitui uma conquista fundamental, mas não pode ser utilizada como único indicador de inclusão. A inclusão efetiva exige participação nas atividades, acesso ao currículo, interação social e oportunidades reais de aprendizagem. Essa compreensão desloca a atenção da simples presença para a qualidade da experiência educacional.

A formação docente aparece como um dos principais desafios. Professores que não possuem formação suficiente podem apresentar dificuldades para desenvolver estratégias diversificadas, utilizar recursos acessíveis e realizar adaptações necessárias. Entretanto, a análise demonstra que não se deve responsabilizar individualmente o professor pelas dificuldades encontradas. A prática docente está condicionada às condições oferecidas pela instituição e pelos sistemas de ensino.

A formação continuada constitui, portanto, uma possibilidade importante. Para produzir efeitos concretos, precisa estar vinculada às necessidades identificadas na escola. Momentos de planejamento coletivo, estudos de situações reais, construção de recursos e troca de experiências podem contribuir para aproximar formação e prática.

Outro resultado refere-se à necessidade de diversificação das metodologias. A utilização de diferentes linguagens, recursos visuais, materiais concretos, tecnologias e estratégias colaborativas pode ampliar as possibilidades de participação dos estudantes. O ensino inclusivo não significa estabelecer uma metodologia completamente diferente para cada estudante, mas desenvolver uma prática suficientemente flexível para contemplar diferentes formas de aprendizagem.

A acessibilidade também se apresenta como um desafio multidimensional. Barreiras arquitetônicas podem dificultar o deslocamento, enquanto barreiras comunicacionais podem impedir o acesso às informações. Barreiras pedagógicas podem surgir quando os materiais e atividades não são acessíveis, e barreiras atitudinais podem limitar a participação por meio de preconceitos ou expectativas reduzidas. Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade de compreender a acessibilidade como parte do planejamento escolar. Não basta adaptar os





espaços depois que uma dificuldade surge; é importante considerar previamente a diversidade dos estudantes na organização dos ambientes e das atividades.

As tecnologias assistivas aparecem como uma possibilidade para ampliar a autonomia. Entretanto, a análise demonstra que sua efetividade depende da adequação do recurso às necessidades do estudante e da preparação dos profissionais responsáveis por sua utilização. A aquisição de equipamentos sem planejamento pedagógico pode resultar em baixo aproveitamento dos recursos.

O trabalho colaborativo constitui outro elemento identificado como relevante. A articulação entre professores, profissionais especializados, gestores e famílias possibilita compartilhar conhecimentos e responsabilidades. Essa colaboração pode favorecer a elaboração de estratégias mais coerentes e o acompanhamento contínuo do estudante.

O Atendimento Educacional Especializado também precisa estar articulado à prática desenvolvida na classe comum. Quando existe comunicação entre os profissionais, os recursos e estratégias utilizados podem ser incorporados de maneira mais consistente ao cotidiano escolar. Isso contribui para evitar a fragmentação entre o atendimento especializado e o processo de escolarização.

A avaliação constitui outro campo que necessita de transformação. Os resultados apontam que procedimentos padronizados podem produzir dificuldades quando não consideram diferentes formas de comunicação e expressão. A utilização de instrumentos diversificados permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e obter informações mais adequadas sobre seu processo de aprendizagem.

As barreiras atitudinais merecem destaque especial. A análise evidencia que preconceitos e expectativas reduzidas podem comprometer o desenvolvimento dos estudantes mesmo quando existem recursos e acessibilidade física. Uma cultura inclusiva precisa combater concepções capacitistas e reconhecer as capacidades e potencialidades dos estudantes.

Outro resultado importante é a necessidade de participação da família. A aproximação entre escola e familiares pode contribuir para compreender características, interesses e formas





de comunicação dos estudantes. Entretanto, essa parceria precisa ocorrer em uma perspectiva de colaboração, sem transferir à família responsabilidades que pertencem à escola e ao sistema educacional.

De modo geral, os resultados indicam que os desafios da inclusão estão interligados. A falta de formação pode dificultar a utilização de recursos; a ausência de recursos pode limitar as estratégias pedagógicas; barreiras atitudinais podem impedir a participação; e a falta de trabalho colaborativo pode dificultar a construção de respostas adequadas.

Assim, a construção de uma escola inclusiva exige uma abordagem sistêmica. Não é suficiente atuar apenas sobre uma dimensão. É necessário combinar formação profissional, acessibilidade, recursos, planejamento pedagógico, apoio especializado e transformação cultural.

A análise também demonstra que a inclusão pode beneficiar toda a comunidade escolar. Estratégias que permitem diferentes formas de acesso aos conteúdos e de expressão da aprendizagem podem atender às necessidades dos estudantes com deficiência e, simultaneamente, ampliar as possibilidades de aprendizagem dos demais estudantes. Dessa maneira, os resultados reforçam que construir uma escola inclusiva significa modificar a lógica escolar para que a diversidade seja considerada desde o planejamento. A escola precisa deixar de esperar que todos os estudantes se adaptem ao mesmo modelo e passar a desenvolver condições que permitam diferentes formas de participação.

4. CONCLUSÃO

A construção de uma escola inclusiva constitui um processo permanente de transformação que envolve dimensões pedagógicas, institucionais, estruturais e culturais. A análise realizada demonstrou que, apesar dos avanços legais e da ampliação do acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular, ainda existem desafios importantes para assegurar uma experiência educacional efetivamente inclusiva.

Os resultados evidenciaram que os principais obstáculos estão relacionados à formação docente, à acessibilidade, à disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnologias





assistivas, à flexibilização das metodologias, aos processos avaliativos, ao Atendimento Educacional Especializado e às barreiras atitudinais.

A formação continuada dos professores apresenta-se como uma das principais possibilidades de fortalecimento das práticas inclusivas. Contudo, sua efetividade depende da articulação com condições adequadas de trabalho, apoio institucional e planejamento colaborativo. O professor exerce papel fundamental, mas não pode ser responsabilizado isoladamente pela construção da inclusão.

A diversificação metodológica também se mostrou essencial. A utilização de diferentes recursos, linguagens e estratégias pode ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem, desde que esteja associada a objetivos pedagógicos claros e às características dos estudantes.

A acessibilidade precisa igualmente ser compreendida como princípio transversal. Eliminar barreiras significa transformar espaços, materiais, formas de comunicação, metodologias e atitudes. Nesse processo, as tecnologias assistivas podem desempenhar papel relevante, desde que utilizadas de forma planejada e contextualizada.

Conclui-se que uma escola inclusiva não é construída exclusivamente por meio de adaptações individuais. É necessário repensar a própria organização escolar para que a diversidade seja considerada desde o planejamento. A escola precisa criar diferentes possibilidades de acesso ao conhecimento, participação e expressão, preservando expectativas significativas de aprendizagem para todos.

A construção dessa escola também depende do fortalecimento da colaboração entre professores, gestores, profissionais especializados, famílias e comunidade. O trabalho coletivo permite compartilhar responsabilidades e desenvolver estratégias mais consistentes para responder às necessidades dos estudantes.

Por fim, construir uma escola inclusiva significa garantir mais do que a presença de estudantes com deficiência no espaço escolar. Significa criar condições para que esses estudantes participem, aprendam, estabeleçam relações, desenvolvam autonomia e reconheçam-se como integrantes da comunidade escolar. Portanto, a inclusão deve ser





compreendida como compromisso permanente com a equidade, a acessibilidade, a diversidade e o direito de todos à educação.

REFERÊNCIAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Index for inclusion: developing learning and participation in schools*. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Fundamentos de defectología*. Madrid: Visor, 1997.

Recebido em: 28/07/2026

Aprovado em: 21/08/2026

Publicado em: 03/09/2026

